

UM PERFIL DOS MANUAIS DE ESTUDOS SOCIAIS PUBLICADOS NO BRASIL

Max Willes de Almeida Azevedo*

A comunicação apresentada a seguir, faz parte de um projeto de mestrado que será apresentado no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe que tem como objetivo verificar se os manuais de formação de professor da disciplina Estudos Sociais apropriaram-se das ideias dos teóricos americanos John Michaelis e Jerome Bruner, dentro do espaço temporal de 1950 a 1980. Para tanto, utilizaremos como material de exame, os manuais de professores publicados no Brasil por pesquisadores da área, como também livros escritos nos Estados Unidos dentro do respectivo espaço temporal.

A partir disso, e de interesses pela área de conhecimento dos Estudos Sociais norteamericanos, esse texto no sentido de examinar um perfil da disciplina no Brasil. Apresentaremos um histórico dos Estudos Sociais nos Estados Unidos dentre os anos de 1916 e 1980 do século passado e apresentaremos uma síntese dos conteúdos presentes nos manuais de Estudos Sociais no Brasil entre os anos de 1950 e 2000. Assim, remetemo-nos, à Escola Norte-americana, onde foi possível comprovar a importância atribuída aos Estudos Sociais na formação para a cidadania.

Os Estudos Sociais nos Estados Unidos da América

Segundo OLIVEIRA (1993), desde seu início, a educação de estudos sociais resistiu uma série de controvérsias e desafios. Pois, o termo *estudos sociais* aparece na literatura e os nomes de associações e organizações profissionais, instituições acadêmicas e projetos curriculares e centros de todo o mundo. Seu significado, porém, é tão variada como os contextos em que aparece, e pode ter pouco a ver com a forma como o conteúdo está organizado ou entregues. Três tipos de organização do conteúdo predominam.

* Mestando em Educação pela Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES

Ao nível da série do Ensino Fundamental, estudos sociais é normalmente organizado e ensinado de uma forma integrada. Já pelo ensino médio de nível social e de aprendizagem e são organizados por cursos nas disciplinas acadêmicas. Porém, em todos os níveis, as metas de estudos sociais têm sido caracterizados segundo Peter Martorella (1985) como: a transmissão do patrimônio cultural; métodos de investigação, inquérito reflexivo; críticas sociais informado e o desenvolvimento pessoal.²

Assim, o desenvolvimento pessoal tem recebido tradicionalmente o maior destaque para o nível elementar. Já ao nível colegial, métodos de investigação têm recebido mais ênfase. Com isso, o objetivo básico da educação de estudos sociais é preparar os jovens para ser humano, racional, participando cidadãos em um mundo que está se tornando cada vez mais interdependente.

Porém, vale ressaltar que, segundo MICHAELIS (1970), termos *de ensino de estudos sociais e educação em ciências sociais* são muitas vezes usados como sinônimos e são, às vezes, uma fonte de confusão. *Estudos Sociais* é o termo preferido em parte porque é mais abrangente. Embora *a ciência social* em geral se refere apenas a disciplinas acadêmicas como antropologia, sociologia, psicologia, geografia, economia e ciência política, o termo *estudos sociais* inclui as ciências sociais acima mencionados, bem como disciplinas humanas como história, estudos americanos, e filosofia (MICHAELIS, 1970).

A introdução dos Estudos Sociais nos programas escolares deu ensejo à formulação de diversas propostas curriculares pautadas por outras tendências, como a Tecnicista, representada, por Michaelis, Preston e Bruner e a Cognitivista, representada por Piaget. No entanto, neste trabalho não examinaremos tais propostas, ficamos aqui com o objetivo de trabalhar a história da disciplina Estudos Sociais nos Estados Unidos entre o período já citado anteriormente.

Como sabemos, a partir de um relatório da Comissão de Estudos Sociais que defendia “uma educação para jovens que possibilitasse a eles apreciar a natureza e as leis da vida social, adquirir o senso de responsabilidade em uma sociedade, participar

da promoção do bem-estar da população em geral e acreditar em uma comunidade mundial que incluísse toda a humanidade” (NADAI, 1988).

O currículo de estudos sociais contemporânea tem suas raízes no movimento de educação progressista do início do século XX. Com sua ênfase sobre a natureza do indivíduo e no processo de aprendizagem em si, o movimento desafiou os pressupostos de entrada do sujeito aos currículos. Até este momento, o currículo de estudos sociais foi composto de áreas distintas, com ênfase principal na história. Para um grau um pouco menor, geografia e educação cívica também foram destaque, completando o triunvirato.

Havia indicações de que a mudança estava por vir quando o 1893 *Relatório do Comitê dos Dez estudos secundários* defendeu uma abordagem interdisciplinar nos estudos sociais. Em 1916 a National Education Association (NEA) do Comitê dos Estudos Sociais (CSS sigla em inglês) estava insistindo que um curso interdisciplinar de instrução fosse criada com base em ciências sociais. Quando o NEA 1916 elaborou um relatório sobre estudos sociais como o nome da área de conteúdo, apresentou o escopo e a sequência que ainda está em uso no início do século XXI.

A partir disso, os Estudos sociais receberam mais apoio, quando em 1918, foram criados os *Princípios Cardiais do Ensino Secundário* chamados para o estudo unificado de áreas ensinadas em isolamento. Este curso, chamado de estudos sociais, teria como principal objetivo o cultivo de bons cidadãos.

A ênfase no desenvolvimento da cidadania era compreensível, pois, à época, por causa do aumento da imigração de estrangeiros que não falavam inglês, os educadores receberam a tarefa de ensinar a língua inglesa e “o caminho de vida americano”, além de suas áreas de conteúdo. Como a Primeira Guerra Mundial grassava na Europa, os cursos de estudos sociais eram vistas como um meio de desenvolver o patriotismo entre os novos cidadãos nascidos fora dos Estados Unidos da América.

De fato, “Educação para a Cidadania” foi uma das principais missões do Conselho Nacional para os Estudos Sociais (NCSS), quando foi formada em 1921. O que começou como uma organização de serviço com a intenção de fechar a lacuna

entre cientistas sociais e professores de escolas secundárias que logo avançou em estudos integrados dos estudos sociais para uma concepção mais ampla de educação.

O Conselho Nacional para os Estudos Sociais que foi fundada em 1921, é a maior organização nos Estados Unidos onde se concentram exclusivamente no ensino de estudos sociais. Historicamente, ela evoluiu em uma época quando os estudos sociais, seguia uma dissidência entre os formadores de professores e especialistas em conteúdo, e numa época também em que requisitos de certificação nos estudos sociais eram inexistentes. Os fundadores, constituídos por professores do Teachers College da Columbia University, imaginaram o NCSS (sigla em inglês) como uma organização unificadora que poderia mesclar as disciplinas de estudos sociais com a educação.

Nos anos 1940, Paul Hanna abordou como o veículo no ensino fundamental através do qual os professores podem apresentar melhor conhecimento de estudos sociais. Para a maior parte, o modelo de Hanna tem sido caracterizado como organizador do conteúdo como uma série de círculos concêntricos começando com o auto no centro e progredindo para a família, escola, vizinhança, até atingir a comunidade internacional. Ele também forneceu uma abordagem do conteúdo: proteção e conservação; criar, governar, produção de recursos, transporte, expressar, educar, recriar, e comunicar.

No entanto, Eric D. Hirsch (1987) afirma que o *conhecimento núcleo* serve como uma alternativa ao modelo Hanna. Hirsch propõe um núcleo de informação que cada americano deve saber. A abordagem do conhecimento básico depende fortemente do mundo (Europa) e dos EUA de sua história e cultura, a ideologia democrática, geografia e literatura. Deste modo, o conteúdo é organizado para apresentar aos alunos assunto em todos os graus, mas em diferentes graus de intensidade.

A partir dos anos 1960, apareceram mudanças significativas para o ensino médio e os currículos do ensino médio com a introdução do sistema eletivo. Cursos em temas como antropologia, economia, sociologia e psicologia foram adicionados a um currículo que tinha sido formalmente principalmente limitado a história mundial,

geografia mundial, governo e história dos EUA. Cursos avançados também foram introduzidas.

Ainda na década de 1960, um fato importante marca a história dos Estudos Sociais, pois dizia respeito à reforma dos programas acadêmicos, com a publicação, em 1960, do livro "O Processo de Educação", no qual Jerome Bruner lança o conceito de estrutura (OLIVEIRA, 1993).

A partir daí, a corrente dos Estudos Sociais, que privilegia o conteúdo pela integração dos conhecimentos das Ciências Sociais, passou a ter mais aceitação entre os educadores americanos, que apesar de divergirem no que se propunha em relação à estrutura, em sua maior parte, a adotaram, como critério fundamental para a seleção dos conteúdos da área dos Estudos Sociais.

E, a partir dessa perspectiva, Jerome Bruner (1968) lançou o "MACOS - Man: A Course of Study". Este programa surgiu no bojo dos movimentos sociais que abalaram a sociedade americana nos anos 60, repercutindo no âmbito das Ciências Sociais e gerando o, que no campo educacional, tornou-se conhecido como "The New Era of the Social Studies" (OLIVEIRA, 1993).

O MACOS caracterizava-se por ser um programa de Estudos Sociais sobre o homem, baseado em seu ciclo de vida e na aprendizagem. O objetivo do mesmo era levar o aluno a realizar a descoberta e a transferência de conceitos, através de diferentes etapas orientadas, previamente, pelo professor.

Com isso, consideramos que o ensino da disciplina Estudos Sociais no período aqui analisado tem por objetivos manter um padrão de comportamento determinado, de modo a adaptar as mudanças ao contexto social prevalecente. Também, integrar os jovens aos elementos já consolidados do sistema político-social. Assim, faz com que seu objetivo maior continue sendo a socialização do homem a partir dos modelos sociais pré-existentes, entendendo-se a sociedade como um sistema acima da perspectiva individual.

Os Estudos Sociais no Brasil

Já no Brasil, a pesquisadora Elza Nadai (1988) afirma que os estudos sociais, foram divididos em três momentos de implantação da proposta para o ensino da

disciplina, cada um com suas especificidades. Em seu primeiro momento, os Estudos Sociais representaram apenas uma proposta com origem em um contexto reformista aliado ao pensamento progressista educacional, sem nenhuma obrigatoriedade de implantação. Nesse período, os conteúdos eram extraídos das Ciências Humanas, e, segundo a pesquisadora “o objetivo fundamental ligava-se à divulgação do conhecimento produzido no âmbito das Ciências Sociais” (NADAI, 1988, p. 2).

Já no segundo momento descrito por Elza Nadai (1988), os Estudos Sociais relacionavam-se às questões da escola preparatória para a vida. De acordo com a pesquisadora, esse era o principal objetivo da proposta pedagógica, ou seja, “aproximar o conteúdo educacional com a vida prática”. (NADAI, 1988, p.2)

E, por fim, no seu terceiro momento, já na segunda metade da década de 1960, os Estudos Sociais apresentavam-se como uma síntese entre duas correntes anteriores, denominada “uma proposta de cidadania”. Segundo essa proposta, tal disciplina traria o indivíduo para os problemas da sociedade em que vive, ou seja, problemas sociais e políticos, atentando nas mudanças necessárias ao bem da comunidade.

A partir dessas informações, tornou-se relevante examinar a disciplina Estudos Sociais a fim de descobrir se a ideia de John Michaelis acerca da formação da cidadania foram introduzidas também no Brasil. Pois, segundo Elza Nadai (1988), os objetivos ligados à formação da cidadania derivados das ideias de Michaelis são preservados em inúmeros programas de diferentes escolas americanas. Ainda para a autora, “como destaca Michaelis, o aluno deve tornar-se uma pessoa democrática cujo comportamento seja guiado por valores democráticos e, ainda, "que seja leal ao sistema de vida americano e que saiba apreciar os sacrifícios e contribuições feitas para promover a vida democrática neste país e no resto do mundo” (NADAI, 1988, p.4)

Para Michaelis (1963), o objetivo real dos estudos sociais

“é proporcionar experiências que ajudem cada criança a viver eficientemente na nossa sociedade democrática. Nesta sociedade, espera-se que a influencia recíproca entre os indivíduos seja de molde a que cada um possa realizar suas mais altas potencialidades e, ao mesmo tempo, contribuir para o melhoramento do grupo. Com isso, a criança deve contribuir em conhecimentos, compreensão, habilidades, atitudes e

apreciações dentro das linhas de comportamento” (MICHAELIS, 1963, p.13).

Ainda para o autor, os objetivos dos estudos sociais “devem ser encarados com referencia especial às finalidades da educação na democracia americana” (MICHAELIS, 1963, p.10). Com isso, o autor afirma que os estudos sociais contribuem com quatro finalidades que são: a auto-realização, as relações humanas, a eficiência econômica e a responsabilidade cívica.

Os Estudos Sociais como objeto de estudo no Brasil

A partir dessas informações e da importância que a disciplina tem no Brasil, analisamos os trabalhos publicados nos principais eventos, portais e revistas que tratam sobre o tema.

No *Portal Capes*, ferramenta que oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados de mais de 21.500 revistas internacionais e nacionais, não encontramos artigos que tem como objeto de estudo a disciplina em questão. Como também, no *SciELO Brasil*, um site de coleção de revistas e artigos científicos.

Já nos principais eventos, que tem como objeto de pesquisa o ensino de história, que são, o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História e o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, realizados no período de 2004 e 2012, bem como o I Simpósio Internacional do Livro Didático realizado no ano de 2007, encontramos oito artigos a respeito da disciplina Estudos Sociais.

O artigo intitulado *O Ensino de História nos anos iniciais de escolaridade do Colégio Pedro II: possibilidades narrativas a partir da disciplina Estudos Sociais*, publicado nos anais do VIII Enpeh, realizado no ano de 2012, de autoria de Luciene Maciel Stumbo Moraes, focaliza o Ensino de História nos anos iniciais de escolaridade do Colégio Pedro II a partir da disciplina Estudos Sociais. A autora afirma, que o texto entende as instituições de ensino como o lugar de epistemologia própria configuradora de narrativas que são produzidas envolvendo questões não apenas historiográficas, mas também sociais e políticas.

Já o artigo da pesquisadora Aldaires Souto França, também publicado no mesmo evento, intitulado *O pensamento de John Urell Michaelis na constituição dos estudos sociais – “Made in U. S. A.” nas propostas curriculares do estado do*

Espírito Santo (1956-1969), analisa a apropriação das experiências norte-americanas no Ensino de História por meio da constituição da disciplina Estudos Sociais. Para isso, a autora tem como base as ideias do pesquisador norte-americano John Michaelis contidas no livro *Estudos Sociais para crianças numa democracia*.

Na 1ª edição do livro, em 1956, o autor estabeleceu o foco em um programa de Estudos Sociais impregnado dos valores e comportamentos democráticos. Já na 2ª edição, Michaelis constituiu como distinção em relação à 1ª edição um enfoque norteado pela Psicologia do Desenvolvimento da Criança. A autora conclui que, as marcas do seu pensamento nas propostas curriculares no estado do Espírito Santo estão intrinsecamente relacionadas à política educacional do País e do estado naquele momento.

No Enpeh realizado no ano de 2006, encontramos dois artigos cujos títulos são *A formação docente entre a legislação e o currículo: História e Estudos Sociais nos anos 1970* de autoria da pesquisadora Elaine Lourenço e *A imagem do índio nos livros didáticos de Estudos Sociais* escrito por Léia Adriana da Silva e Maria de Fátima Sabino Dias.

Em seu artigo, Elaine Lourenço discute a ideia de currículo oficial, que segundo a própria, é aquele que deriva dos chamados “currículos mínimos” da legislação vigente à época. O texto parte do pressuposto que o currículo oficial e o currículo oculto são aspectos complementares e podem, portanto, ser estudados em separado. Além disso, tem-se presente a observação de Antonio Flavio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu da Silva, que consideram que o currículo oculto não pode encobrir ou ainda justificar o currículo oficial.

Em sua conclusão, a autora ressalta a quantidade de horas em que se forma o professor, que o curso de Estudos Sociais se dá na metade do tempo dos outros dois cursos de História analisados. A outra constatação rápida é que, além da formação se dar em um tempo menor, ela envolve não só a formação em História, como também em Geografia e noções de Ciências Sociais, diminuindo ainda mais o conteúdo específico de História. Uma outra característica a ser levantada, é que o curso de Estudos Sociais tem um currículo que contempla as disciplinas da licenciatura ao

longo do curso, ou seja, rompe com a perspectiva do “3 + 1” em que a formação do licenciado só se dá depois da formação do bacharel, inclusive em locais distintos.

Já o texto das pesquisadoras Léia Adriana da Silva e Maria de Fátima Sabino Dias, tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre as imagens

dos indígenas veiculadas nos livros didáticos de Estudos Sociais, do segundo Ciclo das Séries Iniciais, no período referente à 1996/2003. A intenção é verificar as mudanças e permanências no ensino de História acerca das representações das identidades étnicas presentes nos manuais didáticos, no contexto das novas propostas curriculares no Brasil. As autoras afirmaram, em seu trabalho, que esta incursão investigativa possibilitaram visualizar algumas características que pareceram afluir

como lacunas, incoerências e preconceitos que permanecem presentes nos manuais didáticos.

No Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História realizado no ano de 2008, observamos dois textos inscritos nesse evento: um artigo intitulado *Estudos Sociais no contexto da história brasileira nas primeiras décadas do século XX* de autoria da professora Antonia Terra de Calazans Fernandes e outro texto escrito por Daniel Ferraz Chiozzini intitulado *Os Ginásios Vocacionais: a construção da História de uma experiência educacional transformadora e o ensino de Estudos Sociais*.

O primeiro texto, apresenta reflexões acerca das propostas a respeito dos Estudos Sociais no contexto da história da educação brasileira nas primeiras décadas do século XX, construídas a partir de análises de currículos escolares e livros didáticos produzidos, em diferentes épocas, que iniciaram com a junção de conhecimentos das áreas de Ciências, Geografia, História e Educação Moral. Este artigo foca, principalmente, o Programa de Ciências Sociais, de 1934, do Departamento de Educação do Distrito Federal organizado por Delgado de Carvalho.

A partir dessas análises, a autora conclui que desde àquela época, os princípios dos Estudos Sociais criticavam a fragmentação do saber escolar, e, simultaneamente, constituíam uma disciplina que integrava um conjunto de disciplinas, as vezes, humanas e naturais.

Já o segundo artigo, consiste numa pesquisa sobre os ginásios vocacionais, implantados em São Paulo entre o período de 1961 e 1969, como também a sua relação com o projeto político-pedagógico das escolas e o desenvolvimento e consolidação do conteúdo curricular de Estudos Sociais.

O autor afirma que, houve uma grande dificuldade na investigação de qual proposta de ensino de Estudos Sociais desenvolvida nos Ginásios Vocacionais no período indicado. Pois, entre as fontes encontradas, não existia uma definição consolidada sobre qual sobre qual ideia desse componente curricular esteve presentes nas escolas.

Foram encontrados dois documentos. O primeiro, intitulado *Relatos de Estudos Sociais* elaborado pelo professor Newton Balzan, em dezembro de 1966, trata-se de um conjunto de documentos elaborados por cada um dos coordenadores da área da escola. O outro documento, intitulado *Estudos Sociais: uma proposta para o professor*, elaborado sob a coordenação de uma ex-orientadora das escolas, Maria Regina Pannuti, em 1976. Segundo o pesquisador, os dois documentos apresentam objetivos e diretrizes político-pedagógicas diferentes.

No livro, *Relatos de Estudos Sociais*, destaca-se a ausência de uma definição de Estudos Sociais, devido à época inexistia uma ampla bibliografia acerca do tema. Já no documento, *Estudos Sociais: uma proposta para o professor*, existe um referencial marxista, segundo o autor, devido ao período em que foi publicado. Com isso, o autor afirma que, os Ginásios Vocacionais, surgidas a partir de Classes Experimentais em São Paulo, no final da década de 1950, não tinham uma concepção educacional totalmente consolidada, situação que também se aplica aos Estudos Sociais.

Os manuais de formação de professores de Estudos Sociais no Brasil (1950 – 2000)

Em relação aos manuais publicados por pesquisadores no país, pesquisamos e encontramos dezoito livros, dos quais, três são exclusivos para o ensino e os demais, tanto primário quanto secundário. Numa primeira análise, também foi possível perceber que doze dos livros observados foram publicados por instituições ligadas ao

governo federal e universidades tanto públicas quanto privadas. O restante dos manuais de professores, foram publicadas por editoras particulares.

Com relação a aquisição do material, seja por compra ou copiado, foi submetido a uma segunda seleção, a fim de, separar livros didáticos de manuais de formação do professor. A seleção privilegiou as primeiras edições, circunscritas aos marcos cronológicos, quando possível.

Estas primeiras observações foram obtidas a partir das buscas pelos impressos que cobriram os sebos, as bibliotecas virtuais das principais universidades brasileiras, como também as bibliotecas localizadas na cidade de Aracaju, a exemplo da Biblioteca Municipal Clodomir Silva, a Biblioteca Estadual Epifânio Dórea e, o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Os manuais de professores encontrados na Universidade Tiradentes, na Universidade Federal de Sergipe e na Faculdade Pio Décimo também contribuíram para a elaboração desta descrição.

Dos manuais observados, apenas dois livros são de autoria de pesquisadores norte-americanos. Um deles, é o manual *Ensinando Estudos Sociais na Escola Primária* é de autoria, do pesquisador norte-americano Ralph Preston. Preston, foi professor de Educação na Universidade da Pensilvânia, dedicou-se ao desenvolvimento da psicologia da aprendizagem das crianças, aos conteúdos essenciais dos Estudos Sociais e aos materiais e métodos mais adequados para promover esse desenvolvimento (PRESTON, 1965).

O outro manual, intitulado *Estudos Sociais para crianças numa democracia*, de autoria de John U. Michaelis que começou sua carreira de professor em Englewood, no Colorado, Estados Unidos. Finalmente, em 1945, tornou-se um professor na Faculdade de Educação, em Berkeley, na Califórnia. Também ingressou na Associação Nacional de Educação, da American Educational Research Association, o Conselho Nacional para os Estudos Sociais (FRANÇA, 2012).

A partir de 1951, John Udell Michaelis passou a exercer uma influência em âmbito internacional ao dirigir a delegação norte-americana na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (FRANÇA, 2012).

Sendo os demais brasileiros, destaca-se entre eles Delgado de Carvalho, pois, foi um dos responsáveis pela implantação da disciplina Estudos Sociais no Brasil.

Carvalho (1957), estudou Direito na Universidade de Lausanne e Ciências Políticas em Paris. Também estudos em Diplomacia, com uma passagem pela London School of Economics (CARVALHO, 1970).

Roseli Inês Hickmann, pesquisadora da área de Estudos Sociais, segundo a plataforma *lattes* é “Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) (LATTES, 2013). Outra pesquisadora que estuda a disciplina Estudos Sociais, Helena Copetti Callai, possui doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1995) e Pós-doutorado pela UAM - Universidade Autônoma de Madrid (LATTES, 2013).

Ivone Dias Avelino, é doutora em História pela Universidade de São Paulo e coordenou a disciplina Estudos Sociais do Colégio Santa Cruz em São Paulo (PILETTI, 1989). Ernesta Zamboni, possui Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Já, Newton Balzan, possui Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974) e Pós-Doutorado Boston University, MA, USA (1983-1984) (LATTES, 2013).

Eloisa de Mattos Holfig, possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) (LATTE, 2013). Antônio Xavier Teles foi professor de Ensino Superior do Colégio Pedro II e ex – técnico de educação (TELES, 1975). Rosalva Alves Portella é bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre na área de didática pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Rosaly Maria Braga Chianca é bacharel e licenciada em Geografia pela USP, especialista em planejamento educacional pelo Sedes Sapiente (CHIANCA e PORTELLA, 1990). Maria Regina Vianna Pannutti é pedagoga.

Apesar dessas inúmeras informações acerca dos autores de manuais de estudos sociais estudados nesta dissertação, alguns pesquisadores que também serão estudados não obtivemos informações de suas biografias. É o caso de Nilda Bethlem, Luisa Leite Santos, Josephina de Castro e Silva Gaudenzi, Pedro Henrique Osório, Maria Onolito Peixoto, Daisy Maria Alves Rocha, Francisca Alba Teixeira, Maria Cozzolino de Oliveira, Ieda da Silva Monteiro, Leny Werneck Dornelles e Therezinha Deusdará.

Em relação aos conteúdos, foram analisados os capítulos de cada manual. Em seguida, foi feito um banco de dados e um agrupamento das ideias mais recorrentes em cada capítulo com o objetivo de encontrar quais os elementos que se destacam. Dos 18 manuais analisados, somou-se um total de 160 capítulos. Dentre eles, destaca-se o livro *Estudos Sociais na Escola Primária (1962)* escrito por Josephina de Castro e Silva Guadenzi com um total de 43 capítulos.

Nos livros analisados, cerca de 35% dos capítulos têm como item principal os conteúdos ensinados na disciplina. Ou seja, 56 dos capítulos analisados pertencem a esse grupo. Apesar de ser o destaque na análise, esse elemento constitui em média cerca de três capítulos por livro, por isso, esse grande número nos componentes relacionados aos conteúdos.

Em segundo lugar, em termos de frequência, estão os métodos de ensino sugeridos para uso nos estudos sociais. Eles contabilizam 12,5% do total de capítulos inventariados. Apesar de constituírem a segunda classe de elementos mais frequente, os métodos não estão presentes em todos os livros analisados. No entanto, nos manuais em que se faz presente, contabiliza cerca de três, chegando até cinco capítulos nos livros em que está contido. Merece destaque, o manual escrito pelo pesquisador Ralph Preston, onde ele disponibiliza sete capítulos para tratar de métodos de ensino. Nesta obra, há grande esforço para apresentar ao professor as inovações extraídas da experiência norte-americana com as escolas experimentais.

Os recursos, que são os materiais que os autores dos livros sugerem para aprimorar e facilitar o ensino dos alunos, estão em 11% dos capítulos analisados. Vale ressaltar, que apesar de ser o terceiro elemento mais expressivo, está presente apenas em nove manuais analisados. Destaque para os livros escritos por Ralph Preston, Helena Calli e Roseli Inês Hickmann que dedicaram cada, três capítulos para tratar desse componente.

Conceituação e planejamento, outros elementos que se destacam na análise, fazem parte de 10% e 8%, respectivamente. Importante perceber que, em relação à conceituação, os autores dos livros mostram a importância da definição da disciplina Estudos Sociais. Outra observação importante é que todos os manuais dedicam pelo menos um capítulo para esse componente. Já em relação ao planejamento, apenas a

metade dos livros preocupam-se com esse item, destacando a pesquisadora Francisca Alba Teixeira, pois em seu livro dedicou três capítulos para esse componente.

A avaliação, está presente em 5,6% dos manuais de estudos sociais analisados. No entanto, apenas cinco livros tratam desse elemento, são eles: *Ensinando Estudos Sociais na Escola Primária (1965)*, *Estudos Sociais na escola primária (1969)*, *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais (1970)*, *O ensino de Estudos Sociais no primeiro grau (1986)* e *Didática de Estudos Sociais nas primeiras séries do 1 grau (1986)*. Já a aprendizagem, presente em seis manuais analisados faz parte de 3,75% do total de capítulos analisados. Em relação a atividade, presente em 4,37% do total analisado está presente em apenas dois livros, no entanto, os autores dá destaque importante para o elemento, colocando-o em 4 capítulos no livro *Estudos Sociais na escola primária (1962)* e dois capítulos em *Didática de Estudos Sociais nas primeiras séries do 1 grau (1986)*. E, itens como aluno, ensino, formação (docente), fundamentos e histórico aparecem em apenas 4,5%.

Conclusão

Vimos então, que a disciplina Estudos Sociais organizada nos Estudos Unidos em 1916, tem o objetivo de integrar os jovens ao sistema político-social da região em que vive, ou seja, tem por seu objetivo maior a socialização dos jovens. No entanto, no Brasil, a pesquisadora Elza Nadai (1988) afirma que a disciplina servia para aproximar o conteúdo educacional com a vida prática, mostrar ao indivíduo os problemas da sociedade e o jovem tornar-se uma pessoa democrática.

E, apesar da importância que os Estudos Sociais teve no contexto educacional no Brasil, existem poucos trabalhos publicados nos principais eventos que tratam do assunto. No portal *Capes*, por exemplo, não existe nenhum trabalho publicado acerca do assunto.

Com essa análise, podemos colocar em evidencia o livro do norte-americano Ralph Preston, intitulado *Ensinando Estudos Sociais na Escola Primária (1965)*, pois, este manual contém todos os componentes analisados. Afirmamos assim, que os autores dos manuais de professores de Estudos Sociais observados, têm uma grande preocupação em indicar quais os conteúdos da disciplina devem ser ensinados. Pois,

os elementos considerados importante para o professor, como por exemplo, aprendizagem, ensino e planejamento foram pouco citados dentro dos livros. Vale ressaltar ainda, a importância que esses autores deram aos métodos e recursos, sobressaindo-se também.

Enfim, esse artigo, fecha-se com uma contribuição para uma dissertação que tem como objetivo verificar a apropriação das ideias dos teóricos John Michaelis e Jerome Bruner no surgimento da disciplina Estudos Sociais no Brasil entre 1950 e 1980.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMENTO, BEVERLY. 1996. "The Professional Development of Social Studies Educators." In **Handbook of Research on Teacher Education**, 2nd edition, ed. John Sikula, 485–502. New York: Macmillan.

BALZAN, Newton Cesar; HOLFING, Eloisa de Mattos; LEME, Dulce Maria P. Camargo e ZAMBONI, Ernesta. **O ensino de Estudos Sociais no primeiro grau**. São Paulo. Atual. 1986.

BETHLEM, Nilda. **A aprendizagem dos Estudos Sociais**. 5 ed. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1975.

CALLAI, Helena Copetti . **O Ensino Em Estudos Sociais**. IJUI-RS: LIVRARIA UNIJUI EDITORA, 1991. 111p .

CARVALHO, Delgado de. **Introdução Metodológica aos Estudos Sociais**. 2 ed. Agir Editora, Rio de Janeiro, 1970.

CARVALHO, Irene Mello Carvalho. **Introdução aos Estudos Sociais**. 3 ed. Rio de Janeiro, 1964.

CHIANCA, Rosaly Maria Braga e PORTELLA, Rosalva. **Didática de Estudos Sociais**. São Paulo. Editora Ática, 1990.

DEUSDARÁ, Therezinha e DORNELLES, Leny Werneck. **Estudos Sociais: Introdução**. Rio de Janeiro, 1967.

FREITAS, Itamar. **História para crianças nos currículos de Estudos Sociais nos Estados Unidos da América (2002/2010)**. Disponível em: <<http://itamarfo.blogspot.com/2011/04/alfabetizacao-historica-nos-curriculos.html>>.

GAUDENZI, Josephina de Castro e Silva. **Estudos Sociais na escola primária**. Programa de emergência. Ministério da Educação. 1962.

HICKMANN, Roseli Inês . **Ciências Sociais no contexto escolar**: para além do espaço e do tempo. In: Roseli Inês Hickmann. (Org.). Estudos Sociais: outros saberes e outros sabores. 1ed.Porto Alegre: Mediação, 2002, v. 1.

HOEFLING, Eloisa de Mattos - Estudos Sociais em sala de aula. IN: **Jornal do Professor**. S/do

MICHAELLIS, John. **Estudos Sociais para uma criança numa democracia**. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.

MONTEIRO, Ieda da Silva e OLIVEIRA, Maria Helena Cozzolino. **Didática dos Estudos Sociais**: como aprender como ensinar. 5 ed. Rio de Janeiro. Saraiva. 1990.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 7, n. 37, jan./mar. 1988.

NATIONAL COUNCIL FOR THE SOCIAL STUDIES. 1997. **Expectations of Excellence**: Curriculum Standards for Social Studies. Washington, DC: National Council for the Social Studies.

OLIVEIRA, M. A. T. de. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984)**: entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista-SP, EDUSF, 2003.

OSÓRIO, Pedro Enrique. **Introdução Analítica aos Estudos Sociais**. Paraná, 1965.

PANNUTI, Maria Regina Viana. **Estudos Sociais**: uma proposta para o professor. Petrópolis, Vozes, 1977.

PARKER, WALTER C.; NINOMIYA, AKIRA; and COGAN, JOHN. 1999. **Educating World Citizens: Toward Multinational Curriculum Development**." American Educational Research Journal 36 (2):117–145.

PEIXOTO, Maria Onolita. **Habilidades de Estudos Sociais na escola primária**. Rio de Janeiro, Editora Nacional de Direito, 1965.

PILETTI, Claudino. **Didática Especial**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

PRESTON, Ralph. **Ensinando estudos sociais na escola primaria**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1965.

ROCHA, Dayse Maria Alves. **Didática de Estudos Sociais nas primeiras séries do 1 grau**. Brasília, Thesaurus, 2 ed. 1990.

SANTOS, Luzia Leite. **O ensino de Estudos Sociais através de unidade de trabalho**. 1967.

TEIXEIRA, Francisca Alba. **Estudos Sociais na escola primária**. Editora Vigília, Belo Horizonte, 1969.

TELES, Antônio Xavier. **Estudos Sociais nova perspectiva das ciências humanas**. 8 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1975.